

# Brasil pede taxa menor e pode controlar câmbio

Ministro nega, mas existe plano para centralizar pagamentos se falhar a negociação nos EUA

**CESAR FONSECA**  
Da Editoria de Economia

O Governo Sarney apresentou ontem aos credores internacionais propostas ousadas para obter a prorrogação dos financiamentos às exportações que vencem hoje e a rolagem das parcelas da dívida vencidas em 85 e por vencer em 86 e 87 e está disposto a recorrer até mesmo à centralização cambial se os bancos se mostrarem inflexíveis e exigirem condições que comprometam o crescimento econômico. Fatalmente haveria, com a centralização, atraso no pagamento de juros.

Segundo um dos principais assessores econômicos do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, as três principais propostas brasileiras, à mesa de negociações compreendem 1 — uma prorrogação de, no mínimo, um ano e, no máximo, dois para os financiamentos às exportações — créditos de curto prazo de 16 anos para rolar os vencimentos de 85, 86 e 87 e 3 — uma taxa de risco 0,875% (7/8) adicional à taxa de juros.

A centralização do câmbio, destacou o assessor ministerial, somente seria acionada mediante o fracasso das negociações, hipótese que descartou. Já o ministro Dilson Funaro descartou a possibilidade, enquanto o banqueiro Marcílio Marques Moreira, presidente do Unibanco, com quem Funaro almoçou, reconheceu que a centralização do câmbio é um instrumento à disposição, mas

não acha que será necessário acioná-lo. Até às 24 horas, quando teria o segundo contato do dia com o presidente do Banco Central, em Nova Iorque, a negociação estava indefinida, conforme confirmou o ministro Funaro. No primeiro contato do dia, as duas partes — Governo e banqueiros — trocaram impressões sobre a economia brasileira. Não foram apresentadas propostas, nem houve contrapropostas de nenhuma das partes.

Para o ministro, seu assessor econômico e Marcílio Marques Moreira, as chances de obtenção de um bom acordo são boas. As dificuldades maiores levantadas pelos banqueiros, admitiu Marcílio Marques, estão relacionadas ao comportamento da inflação. Mas, o ministro Funaro, depois de entrevistar-se com o presidente José Sarney, destacou que a inflação a partir de fevereiro pode cair significativamente em decorrência das medidas adotadas na área do abastecimento, como as importações de alimentos básicos e o apoio ao replantio aos agricultores. Ressaltou, também, que o Governo continuará mantendo o regime de austeridade nas finanças públicas, porque a base monetária em janeiro (emissão de moedas) será de 2%, enquanto a inflação prevista é de 13,8%. Mas, em compensação, permitiu a monetização dos depósitos compulsórios dos bancos em títulos da dívida pública, isto é, deu poder de compra às ORTNs

recolhidas compulsoriamente.

O Governo está disposto a endurecer o jogo com os banqueiros porque, na opinião do assessor ministerial, dispõe de condições satisfatórias que suprem as exigências dos credores como a manutenção de um saldo comercial suficiente para pagar em dia os juros e por estar com a economia crescendo sem perder o controle da inflação. Além disso, foi a economia brasileira a que apresentou maior crescimento no ano passado, fato que justificou a análise de economistas dos próprios Estados Unidos no sentido de preverem que o crescimento da economia ocidental continua com boas perspectivas apesar de outros reveses.

Como devedor que mantém em dia seus compromissos e a economia em crescimento, o Governo, destacou, dispõe de cacife do qual pode utilizar para obter boa negociação, o que não acontece com a maioria dos países devedores que tiveram que submeterem-se à terapia do Fundo Monetário Internacional.

Mas, apesar de prometer jogo duro, o Governo pode transigir na negociação da exigência feita pelos bancos para receber os créditos junto aos bancos falidos Comind, Auxiliar e Maisonnave. Segundo Marcílio Marques Moreira, é previsível que mude a política, que seja encaminhada uma negociação favorável às duas partes. Nem o Brasil negará tudo, nem pagará tudo. Haverá um meio termo, destacou.